



CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A):

Nº DE INSCRIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES:

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo:

ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

I - LÍNGUA PORTUGUESA (1 A 10)**Peso 2****Família: conceito, evolução e tipos**

A família representa a união entre pessoas que possuem laços sanguíneos, de convivência e baseados no afeto. No entanto, segundo a Constituição brasileira, o conceito de família abrange diversas formas de organização fundamentadas na relação afetiva entre seus membros.

Entretanto, não se trata de um conceito rígido ou imutável. Ao longo da história, o conceito de família já assumiu diversos significados.

Atualmente, após debates envolvendo diversos setores da sociedade, o direito brasileiro assumiu de que a constituição familiar fundamenta-se no afeto. Esse entendimento substitui o anterior, que baseava a família no matrimônio e na procriação.

O conceito de família abrange diversas formas de organização baseadas na convivência, na relação afetiva entre seus membros e o cuidado com os indivíduos mais jovens.

Segundo o artigo 226 da Constituição da República de 1988, a família é compreendida como a base da sociedade e recebe uma proteção especial do Estado.

Ao longo dos anos, o significado de família vem sendo alterado. A família tradicional, família nuclear, composta por pai, provedor da casa; mãe, cuidadora da família, e seus filhos foi sendo substituída por novos tipos de família.

Atualmente, o entendimento jurídico sobre a família comporta vários tipos de agregado familiar e visa dar conta de toda a complexidade dos fatores que unem as pessoas. Assim temos:

1. Família nuclear e família extensa

A família nuclear é compreendida de forma restrita, composta por pais e seus filhos.

Por sua vez, a família extensa ou alargada é compreendida como sendo composta também por avós, tios, primos e outras relações de parentesco.

2. Família matrimonial

A família matrimonial comporta a ideia tradicional de família, constituída a partir da oficialização do matrimônio (casamento).

Na lei vigente, a família matrimonial compreende os casamentos civis e religiosos, podendo ser hétero ou homoafetivo.

3. Família informal

Família informal é o termo utilizado para os agregados familiares formados a partir da união estável entre seus elementos. Esse tipo de família recebe todo o tipo de amparo legal mesmo sem a oficialização do matrimônio.

4. Família monoparental

As famílias monoparentais são formadas pela criança ou o jovem e apenas um de seus progenitores (pai ou mãe).

5. Família reconstituída

A família reconstituída é formada quando pelo menos um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior.

6. Família anaparental

São as famílias que não possuem a figura dos pais, onde os irmãos tornam-se responsáveis uns pelos outros.

A lei vigente abrange também a formação de um agregado a partir de laços afetivos, como no caso de amigos, onde não há uma relação de parentalidade.

7. Família unipessoal

As famílias unipessoais cumprem uma função jurídica importante por se tratarem de pessoas que vivem sozinhas (pessoas solteiras, viúvas ou separadas). Essas pessoas recebem amparo legal e não podem ter suas heranças familiares penhoradas pela justiça.

Ao longo da história, o termo família foi assumindo novos significados. Nota-se que o termo *Família* tem origem no latim *famulus*, que era compreendido como o grupo de servos domésticos.

No Império Romano, o conceito de família passou a designar a união entre duas pessoas e seus descendentes. Nesse momento, tem início também a ideia de matrimônio. Isso assegurava a transmissão de bens e estatuto social de forma hereditária (dos pais para os filhos).

Durante a Idade Média, houve o estabelecimento da união matrimonial como um sacramento da Igreja. Essa mudança é uma marca da relação entre a Igreja e o Estado.

Surge a ideia do casamento como uma instituição sagrada, indissolúvel e destinada à reprodução. É durante esse período que se consolida o conceito de família tradicional composto por pai, mãe e seus filhos.

No período após a Revolução Industrial e a consolidação da contemporaneidade, houve o

aumento da complexidade das relações e das possibilidades de formação de diversos tipos de famílias. Essa mudança fez com que houvesse uma evolução do próprio conceito.

Questões relativas ao matrimônio e à reprodução perdem força e o fator determinante para a formação de uma unidade familiar torna-se o afeto.

MENEZES, Pedro. Disponível em:

<https://www.todamateria.com.br/familia-conceito-tipos/>

01. O título do texto apresenta a função básica de:

- a) Recurso obrigatório para uso em todos os textos.
- b) Ilustração apenas do assunto abordado.
- c) Recurso literário para apresentar o assunto.
- d) Síntese do assunto abordado.
- e) Uso somente para introduzir o primeiro parágrafo do texto.

02. Quanto à tipologia, o último parágrafo do texto lido, apresenta o tipo textual:

- a) Argumentativo.
- b) Narrativo.
- c) Injuntivo.
- d) Poemático.
- e) Descritivo.

03. Em relação aos elementos da comunicação, o texto de Pedro Menezes centra-se, principalmente, no(a):

- a) Emissor.
- b) Receptor.
- c) Mensagem.
- d) Referente.
- e) Código.

04. Os dois-pontos presentes no 8º parágrafo foram utilizados textualmente para introduzirem um(a):

- a) Fala de personagem.
- b) Enumeração de tópicos.
- c) Citação filosófica.
- d) Termo imperativo.
- e) Explicação de termo específico do parágrafo anterior.

05. Para o autor do texto, o que mais importa, atualmente, para estruturar o que se considera uma família, são os laços:

- a) Consanguíneos.

- b) Parentais
- c) Afetivos.
- d) Uniparentais.
- e) Ancestrais.

06. No excerto “Entretanto, não se trata de um conceito rígido ou imutável.” (3º parágrafo), a colocação do pronome pessoal oblíquo átono em relação ao verbo está correta, obrigatoriamente, na posição proclítica ao verbo. O mesmo, a posição proclítica ao verbo obrigatória, ocorre na opção:

- a) Ninguém me viu na festa ontem.
- b) O menino se feriu com a faca.
- c) A professora lhe quer pedir um favor.
- d) Eu estou me preparando para a prova.
- e) Se você chegar cedo, respeitar-se-á a ordem de chegada.

07. Analisando-se os encontros vocálicos, assinale a alternativa abaixo em que há um ditongo crescente, dentre os vocábulos retirados do texto:

- a) “conceito”.
- b) “evolução”.
- c) “sanguíneo”.
- d) “seus”.
- e) “assumiu”.

08. Tendo em vista os elementos de coesão empregados pelo autor do texto lido, assinale a alternativa que apresenta um termo destacado que NÃO faz referência a vocábulo ou expressão anteriormente expresso textualmente:

- a) “A família representa a união entre pessoas que possuem laços sanguíneos, (...)”. (1º parágrafo).
- b) “(...) o conceito de família abrange diversas formas de organização fundamentadas na relação afetiva entre seus membros.” (1º parágrafo).
- c) “Ao longo da história, o conceito de família já assumiu diversos significados.” (2º parágrafo).
- d) “Atualmente, após debates envolvendo diversos setores da sociedade, (...)” (3º parágrafo).
- e) “Esse entendimento substitui o anterior, que baseava a família no matrimônio e na procriação.” (3º parágrafo).

09. No penúltimo parágrafo, analise a estrutura verbal destacada no excerto “Essa mudança fez com que houvesse uma evolução do próprio conceito.”, e assinale o comentário correto sobre a possibilidade de concordância verbal de tal estrutura:

- a) Se a oração fosse flexionada no plural, o verbo deveria também se flexionar no plural, de acordo com as regras gramaticais vigentes.
 b) Se a oração fosse flexionada no plural, o verbo deveria permanecer flexionado no singular, de acordo com as regras gramaticais vigentes.
 c) Se a oração fosse flexionada no plural, o verbo deveria também se flexionar no plural, pois se trata de um verbo considerado unipessoal e impessoal, de acordo com as regras gramaticais vigentes.
 d) Se a oração fosse flexionada no plural, o verbo deveria permanecer flexionado no singular, pois o verbo “haver” nunca, em hipótese alguma, deve ir ao plural, de acordo com as regras gramaticais vigentes.
 e) Se a oração fosse flexionada no plural, o verbo deveria também se flexionar no plural, por questões meramente estilísticas.

10. No excerto “Nota-se que o termo Família tem origem no latim famulus, que era compreendido como o grupo de servos domésticos.”, o vocábulo em destaque deve ser classificado como:

- a) Conjunção integrante.
 b) Parte integrante do verbo.
 c) Partícula expletiva.
 d) Pronome reflexivo.
 e) Partícula apassivadora.

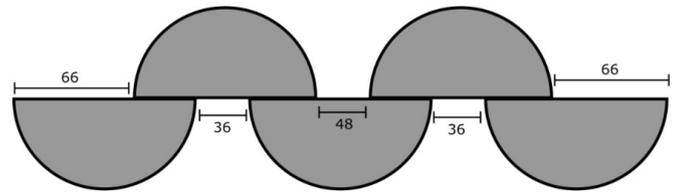
II – RACIOCÍNIO LÓGICO (11 A 15)
Peso 2

11. Se Henrique consegue cortar uma tora de madeira em 3 partes iguais em 6 minutos, quantos minutos ele levará para cortar uma tora similar em 12 partes?



- a) 24
 b) 30
 c) 33
 d) 36
 e) 39

12. Considere 5 semicírculos idênticos com as medidas indicadas, distribuídos conforme a figura seguinte. Encontre o diâmetro comum.



- a) 144
 b) 132
 c) 120
 d) 108
 e) 96

13. Em um grupo de 2400 entrevistados sobre três aplicativos de streaming, verificou-se que 2/3 dos entrevistados utilizam o aplicativo StreamFlix e 3/4 utilizam o aplicativo CinemaPlus. Se 60% dos entrevistados utilizam pelo menos dois aplicativos e se todos os que utilizam o aplicativo PrimeMax também utilizam o aplicativo StreamFlix, mas não utilizam o aplicativo CinemaPlus, quantos entrevistados utilizam apenas o aplicativo StreamFlix?

- a) 180
 b) 160
 c) 360
 d) 480
 e) 720

14. Considere o conjunto de afirmações conclusões.

Afirmações:

- A. Todas as coroas são douradas.
 B. Nenhuma coisa dourada é barata.

Conclusões:

- I. Todas as coroas são baratas.
 II. Coroas douradas não são baratas.

- a) Apenas a conclusão I segue
 b) Apenas a conclusão II segue
 c) Ou I ou II segue
 d) Nem I nem II seguem
 e) Tanto I quanto II seguem

15. Sabe-se que existe pelo menos um Aureliano que é Beloviano. Sabe-se, também, que todo Beloviano é Calítrio. Segue-se, portanto, necessariamente que:

- a) Todo Calítrio é Beloviano.
 b) Todo Calítrio é Aureliano.

- c) Nada que não seja Calítrio é Aureliano.
- d) Algum Aureliano não é Calítrio.
- e) Algum Aureliano é Calítrio.

III – ATUALIDADES (16 A 20)

Peso 2

16. Em 2023, o Brasil passou por um momento importante nas relações internacionais ao sediar a cúpula do G20, que abordou temas fundamentais para o futuro global. Um dos principais assuntos discutidos foi:

- a) A criação de um bloco econômico exclusivo entre países da América Latina.
- b) A regulamentação de moedas digitais para fomentar o comércio internacional.
- c) A ampliação do Acordo de Paris para incluir metas obrigatórias para empresas multinacionais.
- d) A reforma do Conselho de Segurança da ONU e o financiamento climático.
- e) A criação de um novo tratado comercial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

17. A transição energética é um dos principais temas no desenvolvimento sustentável. No Brasil, o governo busca alternativas ao uso de combustíveis fósseis. Qual das opções abaixo tem sido considerada a mais promissora fonte de energia renovável para o futuro do país?

- a) Energia solar, devido à sua abundância no território brasileiro.
- b) Energia nuclear, por sua capacidade de gerar grandes quantidades de eletricidade com baixas emissões de carbono.
- c) Energia eólica, especialmente no nordeste, onde há alta capacidade de vento.
- d) Hidrelétrica, apesar das preocupações com impactos ambientais.
- e) Energia de biomassa, como etanol, derivada de resíduos agrícolas.

18. O Brasil enfrenta desafios de segurança pública, sendo a violência urbana um dos maiores problemas. Entre as iniciativas mais recentes para conter a violência e melhorar a segurança está o programa:

- a) Força Nacional de Segurança Pública, que atua em conjunto com as forças armadas nas regiões de fronteira.
- b) PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que foca em educação e capacitação.
- c) Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, priorizando a redução de assassinatos nas capitais

mais violentas.

- d) Monitoramento eletrônico obrigatório para todos os detentos no regime semiaberto.
- e) Implantação de unidades de polícia pacificadora (UPPs) em todas as capitais do país.

19. Nos últimos anos, o conceito de "fake news" tornou-se um dos principais desafios para a democracia no Brasil e no mundo. Um exemplo de legislação implementada recentemente para combater a disseminação de desinformação no país é:

- a) A criação de uma agência governamental para monitorar conteúdos em redes sociais.
- b) A Lei das Fake News, que prevê a responsabilização de plataformas por conteúdos falsos divulgados.
- c) A criminalização do uso de bots e perfis falsos em campanhas eleitorais.
- d) A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regulamenta a coleta e o uso de dados pessoais.
- e) O Marco Civil da Internet, que estabeleceu regras para a neutralidade da rede e a responsabilidade dos provedores.

20. O trânsito é um dos principais desafios das grandes cidades brasileiras. Uma das ações mais promissoras para melhorar a mobilidade urbana no Brasil e reduzir os impactos ambientais é:

- a) A construção de mais rodovias para desviar o tráfego das áreas urbanas.
- b) A ampliação da frota de ônibus movidos a diesel nas grandes cidades.
- c) O incentivo à carona solidária por meio de aplicativos e políticas públicas.
- d) A implementação de ciclovias em áreas periféricas, com foco na inclusão social.
- e) O investimento em transporte público de alta capacidade, como metrô e VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).

IV – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (21 A 40)

Peso 3

21. Sobre a obrigação tributária, é correto afirmar:

- a) A obrigação tributária principal surge exclusivamente do pagamento do tributo, enquanto a obrigação acessória é aquela decorrente de procedimentos formais como a apresentação de declarações.
- b) O fato gerador da obrigação tributária principal ocorre no momento do lançamento, não se

vinculando a eventos prévios ou fatos jurídicos tributáveis.

c) A obrigação acessória pode, eventualmente, converter-se em obrigação principal em razão de penalidade pecuniária decorrente de seu descumprimento.

d) O sujeito passivo da obrigação tributária é sempre a pessoa física, sendo vedada a responsabilidade de pessoas jurídicas na legislação tributária brasileira.

e) A obrigação acessória se extingue no momento do pagamento da obrigação principal, sendo ambas interdependentes e simultâneas.

22. No que diz respeito ao lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

a) O lançamento por homologação é aquele em que a autoridade administrativa apura e constitui o crédito tributário sem necessidade de qualquer ação do contribuinte.

b) O lançamento por declaração depende da confissão espontânea do contribuinte para que o crédito tributário seja formalmente constituído pela autoridade fiscal.

c) No lançamento de ofício, o contribuinte efetua o pagamento antecipado e espera a homologação expressa da autoridade fiscal, o que ocorre dentro de 5 anos da data da constituição do crédito tributário.

d) O lançamento é um procedimento privativo da autoridade administrativa e, independentemente da modalidade, pode ser revogado a qualquer momento pela própria Administração, mesmo após a decadência.

e) O lançamento é o ato administrativo que tem por objetivo apurar a ocorrência do fato gerador, a matéria tributável, a determinação do montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.

23. Sobre a responsabilidade tributária, marque a alternativa correta:

a) A responsabilidade tributária dos sucessores, no caso de espólio, é limitada ao montante dos bens ou direitos transferidos aos herdeiros ou legatários.

b) A responsabilidade dos terceiros, como os sócios de empresas, é solidária e automática em todas as situações de inadimplência tributária da empresa, independentemente de dolo ou fraude.

c) O domicílio tributário pode ser definido livremente pelo contribuinte, sem qualquer limitação imposta pela legislação, para fins de recebimento de notificações fiscais.

d) A responsabilidade por infrações tributárias atinge, sem distinção, o sujeito ativo e passivo da obrigação tributária.

e) A responsabilidade dos sucessores pode ser

afastada se houver um planejamento sucessório, independentemente do valor dos bens transferidos.

24. Em relação à suspensão do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) A concessão de medida liminar em mandado de segurança não suspende o crédito tributário, exceto se houver decisão judicial transitada em julgado.

b) O parcelamento suspende o crédito tributário até a data do vencimento da última parcela, quando o tributo é definitivamente extinto.

c) A reclamação ou o recurso administrativo interposto pelo contribuinte sempre suspende a exigibilidade do crédito tributário, independentemente de depósito prévio ou garantia.

d) O depósito do montante integral é uma das formas de suspensão do crédito tributário, ainda que o depósito seja realizado sem a interposição de qualquer ação judicial.

e) A moratória extingue o crédito tributário, mas pode ser concedida individualmente pela autoridade administrativa, sem necessidade de previsão legal específica.

25. Sobre a relação de trabalho e relação de emprego, é correto afirmar:

a) A relação de emprego requer apenas a existência de subordinação e pessoalidade, sendo facultativa a onerosidade.

b) A relação de trabalho abrange um conceito mais restrito que a relação de emprego, estando sempre vinculada a um contrato formal.

c) A relação de emprego exige, além da subordinação, que o trabalho seja prestado de forma contínua e mediante remuneração, dentro de um regime de subordinação.

d) A relação de trabalho é um conceito estritamente técnico e só pode ser reconhecida com base em contratos individualmente ajustados.

e) A distinção entre relação de trabalho e relação de emprego é irrelevante para fins de aplicação do direito do trabalho, já que ambas gozam de proteção legal idêntica.

26. Acerca da alteração do contrato de trabalho, é correto afirmar que:

a) O jus variandi permite ao empregador alterar unilateralmente as condições contratuais de trabalho, inclusive em relação ao salário, desde que tal alteração seja proporcional.

b) Alterações unilaterais do contrato de trabalho pelo empregador são sempre permitidas, desde que haja a justificativa de necessidade operacional da empresa.

c) A alteração bilateral do contrato de trabalho requer o consentimento das partes, mas é vedada em qualquer situação quando houver prejuízo ao empregado.

d) A alteração unilateral das condições de trabalho pelo empregador é permitida, desde que respeite os limites da lei, como nas mudanças de horário de trabalho, dentro de limites razoáveis.

e) Alterações no contrato de trabalho, mesmo que acordadas bilateralmente, sempre dependem de homologação judicial para serem consideradas válidas.

27. Em relação ao direito de greve no Brasil, é correto afirmar que:

a) O direito de greve é garantido de forma irrestrita aos trabalhadores de serviços essenciais, sendo vedada a imposição de qualquer limitação ou requisito.

b) A greve é considerada abusiva quando deflagrada sem aviso prévio ao empregador ou ao sindicato, independente do setor de atuação.

c) Os empregados podem deflagrar greve sempre que houver uma paralisação econômica, sem que seja necessário respeitar os serviços mínimos nas atividades essenciais.

d) Nos serviços ou atividades essenciais, a lei exige que o sindicato ou os trabalhadores comuniquem a decisão de greve com antecedência mínima de 72 horas ao empregador e à população afetada.

e) A legislação brasileira não prevê sanções para a greve abusiva, exceto no caso de empregados do setor público.

28. Quanto à estabilidade e garantias provisórias de emprego, marque a alternativa correta:

a) O empregado que exerce o mandato de dirigente sindical tem direito à estabilidade provisória desde a sua posse até o término de seu mandato, sem qualquer exceção.

b) A estabilidade da gestante se inicia a partir da confirmação da gravidez até 180 dias após o término da licença-maternidade.

c) A estabilidade do empregado acidentado estende-se até 12 meses após o fim do benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário, desde que o acidente tenha sido atestado por médico particular.

d) O empregado eleito para o cargo de direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) possui estabilidade desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato.

e) O empregado com estabilidade provisória pode ser dispensado por justa causa, mas a dispensa por

motivo econômico é proibida durante o período da estabilidade.

29. A respeito do poder constituinte originário, assinale a alternativa correta:

a) O poder constituinte originário pode ser limitado por normas de direito internacional.

b) O poder constituinte originário é ilimitado, mas subordinado a normas infraconstitucionais vigentes à época de sua criação.

c) O poder constituinte originário é soberano e incondicionado, podendo criar uma nova ordem jurídica sem subordinação a quaisquer normas jurídicas preexistentes.

d) O poder constituinte originário pode ser exercido de forma ilimitada, mas não pode alterar direitos e garantias fundamentais preexistentes.

e) O poder constituinte originário, por sua natureza, só pode ser exercido por um órgão específico do Estado, previamente constituído para tal finalidade.

30. Acerca da supremacia da Constituição, é correto afirmar que:

a) A supremacia da Constituição significa que todas as normas jurídicas, inclusive aquelas de tratados internacionais de direitos humanos, devem ser compatíveis com a Constituição.

b) A Constituição possui supremacia formal, mas não material, sobre as demais normas do ordenamento jurídico.

c) A Constituição Federal de 1988 adota um modelo de supremacia relativa, permitindo que atos infraconstitucionais possam excepcionar sua aplicação em alguns casos.

d) A supremacia da Constituição é mitigada no caso das normas que tratam de direitos sociais, que podem ser excepcionadas por leis ordinárias.

e) A supremacia da Constituição é um princípio absoluto e inafastável, não admitindo qualquer tipo de limitação ou modificação por atos infraconstitucionais.

31. Sobre o controle abstrato de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O controle abstrato de constitucionalidade pode ser realizado apenas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

b) No Brasil, o controle abstrato de constitucionalidade pode ser exercido pelo STF, mediante provocação, e também por outros Tribunais Superiores.

c) O controle abstrato de constitucionalidade pode ser realizado de ofício pelo Supremo Tribunal Federal,

independentemente de provocação.
d) O controle abstrato de constitucionalidade é realizado em defesa da ordem jurídica, independentemente da existência de uma lesão concreta a direitos subjetivos.
e) No controle abstrato de constitucionalidade, o objetivo principal é a proteção de direitos individuais, sendo desconsiderada a relevância social das normas.

32. Sobre as condições da ação, de acordo com o Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), assinale a alternativa correta:

- a) A possibilidade jurídica do pedido continua sendo uma condição da ação após a vigência do novo CPC.
- b) O interesse processual é uma condição da ação que se verifica no momento da propositura da ação, sendo irrelevante a sua análise posterior.
- c) A ilegitimidade de parte gera a extinção do processo com resolução do mérito, conforme o CPC/2015.
- d) A carência de ação por falta de interesse processual leva à extinção do processo sem resolução do mérito.
- e) O CPC/2015 considera a viabilidade da ação como uma condição da ação, sendo essa verificada pela análise dos fatos.

33. No que se refere à tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que:

- a) A tutela provisória de urgência pode ser concedida apenas na forma antecipada, jamais cautelar.
- b) A concessão da tutela provisória de evidência depende sempre da demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- c) A tutela provisória é sempre revogável, desde que não tenha sido confirmada por sentença.
- d) A decisão que concede tutela provisória é impugnável por agravo de instrumento em qualquer caso, mesmo quando concedida em audiência.
- e) A tutela provisória de urgência pode ser requerida em caráter antecedente ou incidental, a depender da necessidade do caso concreto.

34. Em relação à preclusão no âmbito do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) A preclusão temporal ocorre quando a parte pratica um ato processual de forma incorreta, gerando a perda da faculdade de praticá-lo novamente.
- b) A preclusão lógica ocorre quando a parte, tendo praticado um ato incompatível com outro, perde o direito de realizar o segundo ato.
- c) A preclusão não se aplica às decisões interlocutórias, que podem ser modificadas a

qualquer tempo durante o processo.
d) A preclusão consumativa decorre do prazo judicial fixado, sendo aplicável mesmo se o ato for tempestivo.

e) O juiz pode afastar a preclusão, ainda que sem a concordância das partes, se entender que houve relevante prejuízo ao direito material.

35. Considerando a vigência e a aplicação das leis no tempo conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta:

- a) Uma lei revogada pode voltar a vigorar se houver conveniência do legislador, sem a necessidade de nova promulgação.
- b) Uma lei tem efeito retroativo desde sua publicação, mesmo que tal efeito não seja expressamente previsto.
- c) A revogação tácita de uma lei ocorre quando outra lei posterior regula inteiramente a matéria de forma diversa.
- d) A ab-rogação ocorre quando a lei anterior é modificada parcialmente pela lei posterior.
- e) As leis de ordem pública podem ter aplicação retroativa, independentemente de disposição expressa.

36. Acerca dos direitos da personalidade, previstos no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Os direitos da personalidade podem ser renunciados pelo seu titular, desde que haja justa causa.
- b) A proteção dos direitos da personalidade está sujeita a limitações temporais, cessando após a morte do titular.
- c) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que o nome civil, desde que seja comprovado o uso regular.
- d) Os direitos da personalidade podem ser objeto de alienação voluntária, desde que previamente autorizados judicialmente.
- e) A violação dos direitos da personalidade permite a sua reparação apenas por meio de indenização patrimonial.

37. No contexto da capacidade das pessoas jurídicas, assinale a opção correta:

- a) A pessoa jurídica adquire capacidade de direito e de fato no momento da inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil.
- b) As pessoas jurídicas de direito público têm capacidade de direito restrita às atividades previstas expressamente na lei de criação.

- c) A pessoa jurídica pode ser titular de direitos da personalidade, como a honra, desde que não afetem direitos da coletividade.
- d) As associações civis gozam de capacidade jurídica plena a partir de sua constituição informal, antes do registro.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica ocorre automaticamente em caso de dissolução irregular da sociedade.

38. No contexto das fontes do Direito Administrativo, qual das opções a seguir pode ser considerada uma fonte *primária* do Direito Administrativo no Brasil?

- a) Doutrina
- b) Jurisprudência
- c) Regulamentos administrativos
- d) Normas constitucionais
- e) Princípios gerais do direito

39. Acerca dos sistemas administrativos, a principal distinção entre o *sistema inglês* e o *sistema francês* reside:

- a) No fato de que ambos preveem a jurisdição única, com distinção apenas no tratamento processual.
- b) Na utilização do sistema de dualidade de jurisdição no modelo inglês.
- c) Na predominância da dualidade de jurisdição no sistema francês, em contraste com o sistema inglês de jurisdição única.
- d) Na centralização administrativa, que é característica do sistema francês, ao passo que o inglês é descentralizado.
- e) No fato de que o sistema inglês adota uma organização desconcentrada de órgãos, enquanto o francês adota a concentração.

40. Sobre a *supremacia do interesse público sobre o privado*, é correto afirmar que:

- a) Essa supremacia só se aplica quando houver legislação específica regulamentando a matéria.
- b) O interesse privado pode se sobrepor ao público desde que resguardados os direitos fundamentais.
- c) A indisponibilidade do interesse público decorre diretamente da supremacia desse interesse.
- d) A supremacia do interesse público sobre o privado não encontra previsão no regime jurídico-administrativo brasileiro.
- e) Não há relação direta entre os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público.